

Tecnologias Aplicadas ao Apoio Institucional na Atenção Primária à Saúde: Uma Revisão Sistemática das Contribuições Estratégicas para a Qualidade do Serviço

Technologies Applied to Institutional Support in Primary Health Care: A Systematic Review of Strategic Contributions to Service Quality

Itatiaia Fernandes Barbosa

Resumo

O presente estudo teve como objetivo mapear a literatura publicada na última década sobre as tecnologias aplicadas ao apoio institucional na Atenção Primária à Saúde (APS), identificando suas funcionalidades e implicações para a qualificação do cuidado. Trata-se de um mapeamento sistemático da literatura, com buscas realizadas na base de dados de periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Foram incluídos estudos completos publicados entre 2014 e 2024, redigidos em português, espanhol ou inglês. Excluíram-se cartas ao editor, resultados parciais, duplicações e artigos que não respondiam ao objetivo da pesquisa. Ao final, 19 artigos compuseram o corpus da análise, que abordou aspectos como ano de publicação, tipo de tecnologia, funcionalidades e impactos na gestão da APS. Os resultados revelam um cenário dinâmico e multifacetado, que exige atenção às especificidades locais e à inclusão dos profissionais de saúde nos processos decisórios. As tecnologias analisadas demonstram potencial para promover uma gestão mais colaborativa e horizontalizada, contribuindo para a melhoria da qualidade da atenção e para o fortalecimento de políticas públicas mais responsivas às necessidades da população. Assim, destaca-se a importância de gestores e formuladores de políticas reconhecerem o valor estratégico das tecnologias no apoio institucional, assegurando sua implementação de forma contextualizada e efetiva.

Palavras-Chave: Atenção Primária à Saúde. Apoio institucional. Tecnologia da Informação. Gestão em Saúde.

Abstract

The study aimed to map the literature published in the last 10 years to identify the technologies used in institutional support in Primary Health Care (PHC). A systematic mapping of the published literature on the subject was conducted, with data collected from the journal database of the Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel (CAPES). The inclusion criteria were defined as follows: being published in full text, within the time frame of 2014 to 2024, and written in Portuguese, Spanish, or English. The exclusion criteria included letters to the editor, partial results, duplicates in the databases, and articles that did not address the research question. From the research execution phase, 19 articles were selected for this study, which were analyzed concerning the year of publication, technology functionalities, and implications of the technology in PHC. At the end of this study, it was possible to observe a dynamic and multifaceted scenario surrounding the use of technologies in institutional support in PHC, which demands attention to local specificities and the inclusion of health professionals in decisions and practices. The capacity for adaptation and innovation, combined with the promotion of a more collaborative and horizontal management style, can lead to significant advances in the quality of health care and the promotion of more effective public policies that are sensitive to the needs of the population. Therefore, it is crucial for managers and policymakers to recognize and value the transformative potential of technologies, ensuring that their implementation effectively meets local demands and the realities of professionals working on the front lines of health care.

Keywords: Primary Health Care. Institutional support. Information Technology. Health Management.

Introdução

O gerenciamento de informações na saúde é crucial para alcançar resultados positivos, e as tecnologias desempenham um papel importante nesse processo. Wilches Flórez e Wilches Flórez (2017) definem as tecnologias de informação e comunicação como recursos tecnológicos essenciais para o gerenciamento e comunicação da informação, abrangendo desde o armazenamento até o acesso e processamento. A *American Health Information Management Association* (AHIMA, 2018) destaca que o gerenciamento de informações de saúde envolve a aquisição, análise e proteção dessas informações, sendo vital para proporcionar cuidados de qualidade, combinando negócios, ciência e tecnologia.

Marín (2010) afirma que os Sistemas de Informação em Saúde geram informações de forma ágil e segura, facilitando a tomada de decisões e a troca de informações entre profissionais. No entanto, Raviolli, Soares e Scheffer (2018) observam que o planejamento e a gestão em saúde enfrentam desafios significativos, com poucas publicações acadêmicas focadas no planejamento geral do sistema de saúde, e mais estudos concentrados em aspectos específicos e regionais.

O uso de indicadores tem se destacado como uma ferramenta crucial no planejamento da saúde pública. Albuquerque e Martins (2017) apontam que, embora os indicadores sejam amplamente utilizados no SUS, ainda há falhas, como a priorização de indicadores intermediários em vez de focar nos resultados do cuidado. Além disso, enfatizam que os indicadores são inúteis se os gestores não utilizarem as informações para resolver problemas concretos. Lima, Antunes e Silva (2015) corroboram essa visão, identificando entraves significativos no uso de indicadores pelos gestores de saúde no Brasil, como a lentidão dos sistemas, a falta de profissionais capacitados e a pouca integração entre os sistemas.

O apoio institucional (AI) na gestão em saúde é uma estratégia fundamental para a democratização da gestão e a consolidação do Sistema Único de Saúde (SUS) como política pública. Inspirado pelo Método Paidéia, proposto por Campos, o AI visa promover a cogestão e configurar redes cooperativas, permitindo que trabalhadores e gestores ampliem suas capacidades de análise e intervenção dentro das instituições. Essa abordagem busca lidar com conflitos de poder, indo além da simples normatização do trabalho e promovendo uma gestão mais democrática e participativa (Brito et al., 2022).

O uso de tecnologias pelos apoiadores institucionais tem potencial para transformar a cogestão e a coordenação dos serviços de saúde, promovendo uma administração mais participativa e eficiente. Dado que as tecnologias da informação são essenciais para melhorar a

comunicação, a análise de dados e a tomada de decisões, entender quais tecnologias têm sido implementadas e com que eficácia é fundamental para identificar boas práticas e áreas que necessitam de desenvolvimento. Dessa forma, essa pesquisa visa contribuir para o fortalecimento da Atenção Primária à Saúde (APS), com informações sobre as tecnologias que têm sido utilizadas nesse âmbito.

Diante do exposto, este estudo tem como objetivo mapear a literatura publicada nos últimos 10 anos para identificar as tecnologias utilizadas no apoio institucional na Atenção Primária à Saúde (APS).

Metodologia

Realizou-se uma revisão sistemática da literatura publicada sobre o assunto, com vistas a identificar as tecnologias utilizadas no apoio institucional na APS. Esse tipo de pesquisa permite obter informações sobre como determinado tema vem sendo trabalhado por outros pesquisadores e seus principais achados (PETERSEN *et al.*, 2008).

Na fase de planejamento da pesquisa foram verificadas lacunas de pesquisa e, a partir disso, levantados questionamentos sobre o assunto tratado e definido o objetivo a ser alcançado durante o estudo. O estudo foi direcionado pelos seguintes questionamentos: quais tecnologias têm sido utilizadas por apoiadores institucionais no âmbito da APS? Qual a finalidade do uso das tecnologias utilizadas no apoio institucional? E quais as implicações do uso de tecnologias no apoio institucional na APS?

A fase de planejamento também contempla as palavras-chave, as *strings* de busca, as bases de dados, bem como os métodos de execução da pesquisa. Para o desenvolvimento do mapeamento foram definidas as seguintes palavras-chave: Atenção Primária à Saúde (*Primary Health Care*); Apoio institucional (*Institutional support*); Tecnologia da Informação (*Information Technology*); e Gestão em Saúde (*Health Management*). As *strings* de busca foram consideradas tanto em língua portuguesa quanto em língua inglesa, utilizando o operador booleano AND.

A pesquisa foi realizada na base de dados de periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Como critérios de inclusão foram definidos: ser publicado em formato completo; dentro do recorte temporal de 2014 a 2024; ser escrito em língua portuguesa, espanhola ou inglesa. Salienta-se que o recorte temporal foi definido por representar os últimos 10 anos, considerando a rapidez da evolução tecnológica, pesquisas anteriores seriam obsoletas. Como critérios de exclusão: ser carta ao editor;

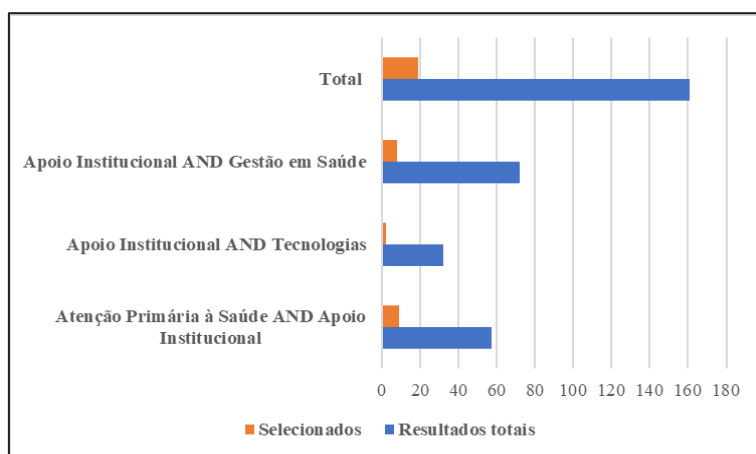
apresentar resultados parciais; estar repetido nas bases de dados; e não responder ao questionamento de pesquisa.

A partir da fase de execução da pesquisa foram selecionados 19 artigos para compor este estudo, estes que foram analisados em relação ao ano de publicação, tecnologia funcionalidades e implicações da tecnologia na APS. Os resultados encontrados pelos autores também foram analisados a partir de uma abordagem qualitativa, considerando os resultados que encontraram a partir de seu estudo.

Resultados

Identificou-se um total de 161 resultados que abordam a adoção de tecnologias no apoio institucional à APS, sendo selecionados para esta pesquisa 19 publicações que respondiam aos questionamentos de pesquisa levantados para este estudo (Gráfico 1).

Gráfico 1. Resultados totais e artigos selecionados por estratégia de pesquisa



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

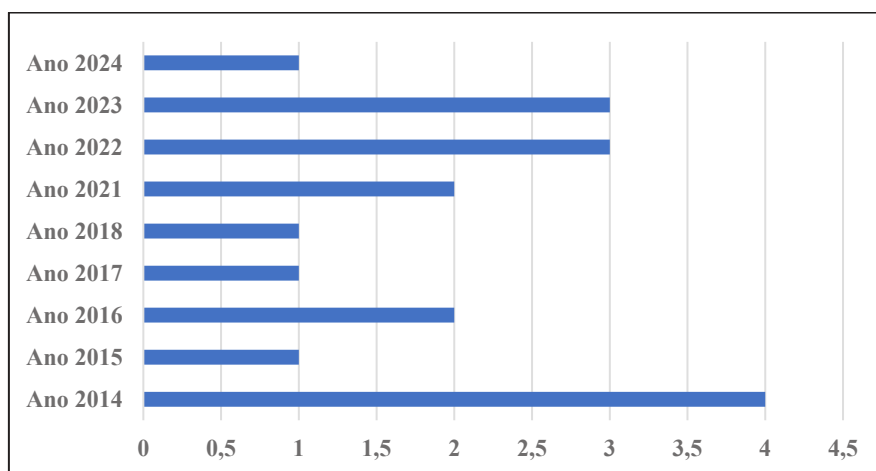
Conforme é possível verificar, a combinação "Apoio Institucional AND Gestão em Saúde" apresentou a maior taxa de seleção dos artigos (11,1%), com 8 artigos selecionados. No total, aproximadamente 11,8% dos artigos inicialmente encontrados foram considerados pertinentes para o estudo.

Importante mencionar que a plataforma da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) oferece acesso a um vasto número de bases de dados acadêmicas e científicas, fundamentais para a pesquisa em diversas áreas do conhecimento. Entre as principais bases indexadas, destacam-se a Web of Science, Scopus, PubMed, Medline, SciELO,

e IEEE Xplore, que abrangem periódicos revisados por pares, livros, dissertações e teses, além de patentes e outros materiais técnicos. Essas bases são essenciais para pesquisadores que buscam por referências atualizadas e de alta qualidade em suas áreas de atuação, promovendo o acesso a uma produção científica diversificada, tanto nacional quanto internacional.

A distribuição dos artigos selecionados por ano de publicação mostra uma concentração relativamente uniforme ao longo do período analisado, com algumas variações. O ano de 2014 se destaca como o mais produtivo, com 4 artigos selecionados, representando o maior número de publicações relevantes para o estudo. Já nos anos de 2015, 2017, 2018 e 2024, houve apenas 1 artigo selecionado em cada ano, sugerindo uma menor produção de publicações pertinentes ou um foco mais restrito nos critérios de seleção para esses períodos (Gráfico 2).

Gráfico 2. Distribuição dos artigos selecionados por ano de publicação

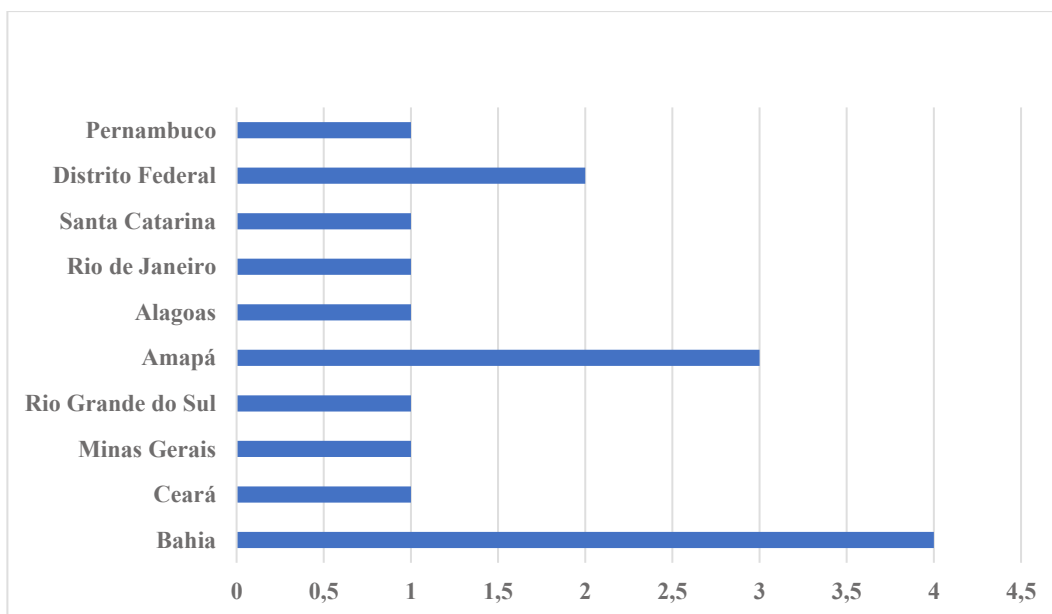


Fonte: Elaborado pela autora (2024).

A partir de 2021, nota-se uma leve recuperação na quantidade de artigos, com 2 artigos selecionados naquele ano e 3 artigos em cada um dos anos de 2022 e 2023, o que pode indicar um interesse renovado ou maior produção científica sobre o tema de tecnologias e apoio institucional na Atenção Primária à Saúde nos anos mais recentes. Essa distribuição revela um ciclo de publicações que flutua ao longo do tempo, mas que parece ganhar mais força a partir de 2021.

A distribuição dos artigos pelo local de realização das pesquisas revelou que os estados da Bahia e do Amapá lideram com o maior número de estudos, contabilizando 4 e 3 publicações, respectivamente. Esse destaque sugere uma concentração de esforços de pesquisa nessas regiões, possivelmente indicando uma maior atenção às particularidades da Atenção Primária à Saúde e Apoio Institucional nesses contextos geográficos (Gráfico 3).

Gráfico 3. Distribuição dos artigos selecionados por local de realização da pesquisa



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Outros estados, como o Distrito Federal, também se sobressaem com 2 artigos selecionados. Já os estados do Ceará, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Alagoas, Rio de Janeiro, Santa Catarina e Pernambuco apresentam apenas 1 estudo cada, o que pode sugerir que o tema está sendo abordado de forma mais pontual nessas regiões. Ao analisar a distribuição regional das publicações, observa-se uma maior concentração de estudos nas regiões Norte e Nordeste do Brasil, evidenciando uma forte presença de investigações sobre Apoio Institucional na Atenção Primária à Saúde nessas áreas.

A região Nordeste é a mais representada, com 8 artigos no total, sendo 4 da Bahia, 1 do Ceará, 1 de Alagoas, 1 de Pernambuco e 1 do Rio Grande do Norte. Isso pode indicar que a temática tem grande relevância para o desenvolvimento da saúde pública nessa região, que historicamente enfrenta desafios estruturais no setor de saúde.

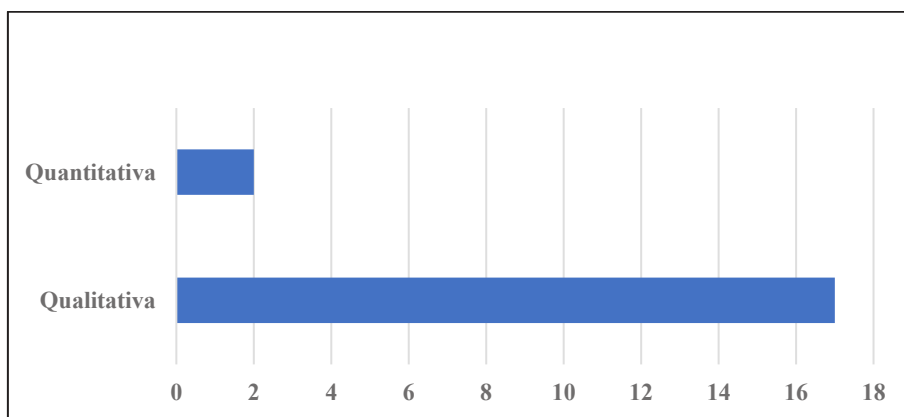
A região Norte, por sua vez, aparece em segundo lugar com 3 estudos do Amapá. A predominância de estudos nesta região, apesar de uma quantidade menor em comparação ao Nordeste, pode refletir a crescente atenção às necessidades específicas de saúde e apoio institucional em estados com desafios logísticos e socioeconômicos característicos da Amazônia.

No Sul e Sudeste, a produção é bem mais dispersa, com apenas 1 artigo de Minas Gerais, 1 do Rio Grande do Sul e 1 de Santa Catarina. A baixa quantidade de publicações nessas regiões pode indicar que o tema é tratado de forma menos intensa, possivelmente porque a

infraestrutura e os mecanismos de gestão em saúde já estão mais consolidados, com menor necessidade de intervenções significativas de apoio institucional. Já a região Centro-Oeste, representada pelo Distrito Federal, conta com 2 estudos, o que sugere algum grau de interesse no tema na capital do país, que também atua como um ponto de referência nacional em termos de formulação e implementação de políticas públicas de saúde.

Em relação à distribuição dos artigos por tipo de pesquisa foi verificada uma predominância marcante de estudos qualitativos, com 17 publicações adotando essa abordagem, em comparação a apenas 2 estudos quantitativos (Gráfico 4). Essa prevalência de pesquisas qualitativas sugere que os autores estão focados em compreender de forma mais contextualizada as experiências, práticas e percepções relacionadas ao Apoio Institucional na Atenção Primária à Saúde.

Gráfico 4. Distribuição dos artigos selecionados por tipo de pesquisa



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Salienta-se que as pesquisas qualitativas são frequentemente utilizadas para explorar aspectos subjetivos, como as percepções dos profissionais de saúde, desafios institucionais e práticas de gestão, o que pode explicar seu predomínio nesse contexto. Importante mencionar que 2 dos artigos selecionados eram de base teórica, sendo 1 revisão integrativa e 1 revisão sistemática da literatura.

Por outro lado, a baixa representatividade de estudos quantitativos (apenas 2 artigos) indica que ainda há poucas pesquisas focadas na mensuração e análise estatística de dados relacionados ao impacto e resultados do Apoio Institucional. Isso pode ser uma área a ser desenvolvida, já que abordagens quantitativas poderiam contribuir para uma avaliação mais objetiva dos resultados e a definição de indicadores de desempenho e eficácia das políticas e tecnologias de apoio.

A análise da amostra dos participantes nas pesquisas selecionadas revela uma predominância dos profissionais de saúde, com um total de 29.756 indivíduos, o que se deve principalmente aos estudos quantitativos incluídos. Essa grande amostra reflete o foco em captar percepções e práticas desses trabalhadores na linha de frente da Atenção Primária à Saúde (Tabela 1).

Tabela 1. Participantes/amostra das pesquisas

Participantes da pesquisa	Amostra
Equipe técnica e dirigentes	72
Apoiadores institucionais	5
Publicações	48
Gestores	52
Profissionais de saúde	29.756

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Em contrapartida, a amostra de gestores (52) e de membros da equipe técnica e dirigentes (72) é mais modesta, embora relevante para entender o papel da gestão e da coordenação no Apoio Institucional. Vale destacar que os pesquisadores não especificaram quem seriam esses profissionais da equipe técnica, o que leva a crer que alguns apoiadores institucionais podem estar incluídos nesse grupo.

Por outro lado, o número de apoiadores institucionais (5) é significativamente menor, indicando uma lacuna nas pesquisas que focam diretamente nesses profissionais, essenciais para a mediação das práticas institucionais. Verifica-se que a abordagem qualitativa é mais predominante nas investigações que envolvem apoiadores institucionais, o que sugere uma exploração mais detalhada e profunda sobre suas práticas e desafios. Além disso, as publicações (48) foram analisadas como parte das amostras, mostrando o uso de revisões documentais que complementam o entendimento sobre o apoio institucional e suas dinâmicas na Atenção Primária à Saúde.

A análise das ações realizadas pelos apoiadores institucionais (AI) conforme descrito nos artigos revela um foco variado de atuação, com destaque para a microgestão de serviços de saúde, que foi relatada em 14 estudos (Tabela 2). Isso evidencia o papel central do AI na organização e no gerenciamento dos serviços de saúde no nível local, garantindo que as ações ocorram de forma eficiente e integrada às políticas públicas.

Tabela 2. Descrição das ações realizadas pelos apoiadores institucionais

Ações realizadas pelo AI	N
Produção de informações sobre capacidade instalada de unidades básicas	1
Monitoramento de ações executadas pelo nível local	5
Suporte ao Programa Mais Médicos	1
Microgestão de serviços de saúde	14
Comunicação e integração entre as equipes	9
Atuação em processos coletivos de qualificação das ações institucionais	8
Visitas domiciliares	1

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

A comunicação e a integração entre as equipes também aparecem como uma das ações mais recorrentes, sendo mencionada em 9 artigos. Isso reforça a importância do AI como um mediador que promove a troca de informações e articula o trabalho coletivo, crucial para a coesão das equipes de saúde.

A atuação em processos coletivos de qualificação das ações institucionais foi observada em 8 estudos, indicando o envolvimento do AI em capacitações e melhorias contínuas dos processos de trabalho. Já o monitoramento das ações executadas pelo nível local foi mencionado em 5 artigos, evidenciando o papel do AI no acompanhamento da implementação das políticas e na garantia da sua execução adequada.

Outras ações, como a produção de informações sobre a capacidade instalada das unidades básicas e o suporte ao Programa Mais Médicos, foram menos recorrentes, aparecendo em apenas 1 estudo cada, mas demonstram a diversidade de responsabilidades que podem ser assumidas pelos AI. Por fim, a realização de visitas domiciliares foi mencionada uma única vez, o que pode indicar uma ação mais localizada e específica.

A análise das tecnologias utilizadas pelos apoiadores institucionais revelou um panorama diversificado que combina tanto tecnologias leves quanto duras, refletindo as necessidades e práticas adotadas nas ações de apoio à saúde (Tabela 3).

Tabela 3. Descrição das tecnologias utilizadas pelos apoiadores institucionais

Tecnologias Leves	
App Monitora COVID	1
WhatsApp	3
Redes Sociais	2
Plataformas virtuais de telessaúde	13
Tecnologias analíticas	5
Prontuário eletrônico	2
Meet/Zoom	2
Tecnologias de apoio à gestão	7
Tecnologias educativas	2
Tecnologias duras	
Tablet	5
Smartphone	8
Notebook	3
Computador	1

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Entre as tecnologias leves, as plataformas virtuais de telessaúde destacam-se como as mais utilizadas, presentes em 13 artigos, o que sugere um crescente foco na telemedicina e na utilização de recursos digitais para ampliar o acesso e a qualidade dos serviços de saúde. O WhatsApp e as redes sociais, com 3 e 2 menções, respectivamente, indicam que os AI utilizam esses meios para facilitar a comunicação rápida e eficiente entre equipes e com a comunidade. As tecnologias analíticas, com 5 artigos, demonstram a importância da análise de dados na gestão da saúde, possibilitando uma tomada de decisão mais embasada. Outras ferramentas, como prontuário eletrônico (2), Meet/Zoom (2) e tecnologias educativas (2), também estão presentes, evidenciando um uso variado de recursos digitais para a formação e o compartilhamento de informações.

Em relação às tecnologias duras, o smartphone aparece como o dispositivo mais utilizado, mencionado em 8 artigos, refletindo sua funcionalidade prática para os AI em campo. Os tablets (5) e notebooks (3) também são citados, apontando para a necessidade de ferramentas que permitam mobilidade e acesso a dados em tempo real. O uso de computadores (1) é mais limitado, o que pode sugerir uma dependência maior de dispositivos móveis para as atividades diárias. Essa combinação de tecnologias leves e duras destaca a flexibilidade e a adaptabilidade dos apoiadores institucionais no uso de ferramentas que potencializam suas ações e facilitam a comunicação e a gestão de informações no contexto da saúde pública.

Discussão

A partir do mapeamento realizado foi possível verificar a crescente importância da integração tecnológica nos processos de gestão em saúde, especialmente em um contexto em que a eficiência e a eficácia na prestação de serviços são cada vez mais exigidas. O predomínio do foco em estudos qualitativos sugere uma abordagem que valoriza a experiência e a perspectiva dos profissionais de saúde, permitindo uma compreensão mais rica e contextualizada das dinâmicas que ocorrem na APS. Essa abordagem é crucial para a identificação de práticas que funcionam e para a implementação de melhorias que realmente atendam às necessidades dos usuários e dos profissionais envolvidos.

A presença marcante de pesquisas na região Nordeste, especialmente nos estados da Bahia e Amapá, indica uma valorização das especificidades locais nas práticas de saúde pública. Isso é particularmente relevante, considerando os desafios estruturais enfrentados por essas regiões, que demandam soluções adaptadas à sua realidade. A concentração de publicações nestes locais pode ser vista como um indicativo de que há um esforço para entender e abordar

as complexidades e particularidades da saúde nesses contextos, o que pode contribuir para a formulação de políticas públicas mais eficazes.

O estudo de Aleluia et al. (2023) analisa a gestão da Atenção Primária à Saúde (APS) na Bahia durante a pandemia de COVID-19, destacando o papel do apoio institucional e o uso de tecnologias. Os autores demonstraram que apoio institucional do estado aos municípios foi fundamental na elaboração dos planos de contingência, capacitação das equipes e difusão de normas técnicas. No entanto, a autonomia municipal e a estrutura regional impactaram a capacidade de gestão, com diferenças no apoio técnico e monitoramento regional. O estudo observa que a centralização da gestão regional e a falta de articulação com o governo federal e o controle social limitaram uma resposta mais coordenada. A experiência acumulada da Bahia no uso de tecnologias de informação e comunicação (TICs) para telessaúde foi um ponto positivo, destacando a sua capacidade de ampliar a cooperação com os municípios e reconfigurar o uso dessas ferramentas além da capacitação das equipes de APS.

Neste estudo, a compreensão das experiências dos profissionais de saúde é um passo crítico para garantir que as políticas e intervenções em APS sejam relevantes e eficazes. O engajamento ativo desses profissionais na pesquisa pode não apenas enriquecer o conhecimento existente, mas também promover um senso de pertencimento e responsabilidade nas iniciativas de melhoria da saúde, o que é fundamental para o sucesso a longo prazo das políticas de saúde pública.

O apoio institucional é visto como uma ferramenta que reformula a gestão tradicional da saúde, integrando tecnologias e promovendo mudanças organizacionais. Ele possibilita uma nova aproximação entre os atores institucionais, melhorando não apenas os serviços, mas também as relações de trabalho, promovendo a mobilização dos trabalhadores em torno de questões cotidianas e fortalecendo sua capacidade de intervenção. O uso de tecnologias, especialmente de informação e comunicação, é destacado como mediador da padronização do trabalho em saúde (Santos Filho, 2014).

Ademais, a microgestão dos serviços de saúde verificada durante o mapeamento realizado reflete a necessidade de um gerenciamento mais próximo e adaptado à realidade dos serviços de APS. Isso enfatiza a relevância de ações colaborativas e integradas, promovendo a comunicação entre as equipes de saúde e os apoiadores institucionais. Essa comunicação é fundamental não apenas para a troca de informações, mas também para a construção de um ambiente de trabalho que favoreça a cooperação e o aprendizado mútuo.

A diversidade no uso de tecnologias, tanto leves quanto duras, aponta para a flexibilidade dos apoiadores institucionais em suas práticas, sugerindo que a adaptação às

necessidades locais e a inovação são essenciais para a eficácia das intervenções em saúde. Essa flexibilidade é um ativo importante, pois permite que as equipes de saúde respondam rapidamente a desafios emergentes e aproveitem oportunidades de melhoria contínua.

Almeida et al. (2015) mencionam o uso de tecnologias no contexto do Apoio Institucional ao Programa Mais Médicos, especialmente no que diz respeito ao monitoramento e à supervisão das atividades. Eles destacam que, para apoiar a supervisão acadêmica e o desenvolvimento de mecanismos de avaliação, tanto nas ações do Ceará, quanto da Bahia, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, foi utilizada uma plataforma digital de comunicação para facilitar o intercâmbio entre supervisores, tutores e médicos. Essa ferramenta tecnológica ajudou a organizar encontros, compartilhar informações e gerar relatórios, contribuindo para uma supervisão mais eficiente e um acompanhamento contínuo do programa. Essas tecnologias também permitiram uma articulação mais ágil entre os diferentes atores envolvidos, possibilitando o compartilhamento de experiências e a disseminação de boas práticas, além de melhorar a coleta de dados para avaliação do impacto do programa nas regiões atendidas.

De acordo com Barros et al. (2014), o apoio institucional possibilita a análise dos modos de gestão, promovendo o trabalho em espaços cogestivos e gerando transformações organizacionais. Uma das mudanças descritas no estudo é a reorganização da porta de entrada dos serviços de saúde, o que resultou em maior acesso e resolutividade para os usuários. Além disso, o estudo enfatiza que o apoio é um dispositivo estratégico para criar novas estratégias dentro do SUS, ampliando a democracia institucional. Os apoiadores utilizam tecnologias analíticas para promover novos modos de operação, considerando a interdependência entre clínica e política, cuidado e gestão, além da transversalidade das práticas e saberes nas instituições.

Brito et al. (2021) abordaram o uso de tecnologias pelo AI e destaca a importância de ferramentas metodológicas para a cogestão de coletivos no contexto da APS. As tecnologias, no âmbito do AI, são vistas como facilitadoras da implementação de práticas colaborativas entre gestores, trabalhadores e usuários do sistema de saúde. Essas tecnologias apoiam a integração de informações e processos, promovendo a horizontalidade nas relações de poder e fortalecendo a cogestão e a autonomia nas práticas de saúde. As definições e práticas do AI discutidas no estudo incluem a metodologia Paidéia, que incentiva a cogestão por meio do uso de tecnologias para apoiar decisões e intervenções clínicas. O estudo também enfatiza a importância do Projeto Terapêutico Singular (PTS) e da Equipe Transdisciplinar de Referência (ETR), que utilizam tecnologias para facilitar o compartilhamento de informações e o planejamento conjunto de intervenções. Dessa forma, o uso de tecnologias pelo AI visa transformar as relações

tradicionais de gestão, permitindo uma abordagem mais inclusiva e colaborativa que integra diferentes atores e promove mudanças organizacionais e clínicas no sistema de saúde.

Carmo et al. (2022) exploraram a implementação do Programa Previne Brasil como um novo modelo de financiamento da APS no Brasil, especialmente no estado do Amapá. Com foco no fortalecimento da gestão municipal e nas equipes de APS, foram realizadas ações de apoio técnico, capacitações e reorganização de serviços, visando melhorar os indicadores e processos de trabalho do Previne Brasil. Essas iniciativas resultaram em avanços no cadastro de usuários, captação ponderada e desempenho, com destaque para o crescimento expressivo no número de cadastros de municípios como Porto Grande e Macapá. A comunicação entre as equipes foi facilitada pelo uso de tecnologias leves, como o WhatsApp®, que melhorou a comunicação em regiões remotas. Além disso, foram realizadas capacitações para o uso de ferramentas digitais, como o aplicativo E-SUS Território e o ACS LITE®, facilitando o cadastro e monitoramento de usuários, especialmente pelos Agentes Comunitários de Saúde (ACS).

Cassella e Machado (2018) analisaram o papel dos apoiadores institucionais em uma maternidade pública de Alagoas durante a implementação da Política Nacional de Humanização (PNH). Os autores verificaram que as tecnologias de fomento à PNH, especialmente aquelas voltadas para o apoio aos trabalhadores e gestores, desempenharam um papel fundamental na transformação das práticas de trabalho. A pesquisa destacou que as tecnologias de apoio, como aplicativos e ferramentas de comunicação, facilitaram a interação entre gestores, trabalhadores e usuários, promovendo um ambiente colaborativo. No entanto, os autores também identificaram uma desarmonia entre os protocolos rigidamente estabelecidos e as práticas diárias. Essa situação evidenciou que, apesar das tentativas de padronização, a essência das relações humanas e a dinâmica do trabalho no setor de saúde exigiam flexibilidade e adaptação.

No estudo de Ferreira et al. (2023), os autores examinaram o uso de tecnologias no apoio institucional no município do Rio de Janeiro, especialmente em relação ao tratamento de pessoas vivendo com HIV (PVHIV). A pesquisa identificou dificuldades na avaliação dos prontuários devido a registros incompletos e falta de clareza nas informações. Os autores também destacaram a importância da implementação de sistemas de prontuário eletrônico nas unidades de saúde, que melhoraram a qualidade e a acessibilidade das informações dos pacientes, além de fornecer suporte à decisão clínica.

Garcia Júnior, Rivorêdo e Flumian (2016) relataram uma experiência crítica no desenvolvimento de tecnologias e dispositivos de apoio institucional aplicados à saúde indígena, especialmente junto aos Distritos Sanitários Especiais Indígenas do Interior Sul de

Santa Catarina. A cartografia desenvolvida mapeou as tecnologias e dispositivos utilizados, assim como as ações realizadas. Os autores verificaram que o apoio institucional promoveu a autonomia e fortaleceu as relações positivas entre as instâncias do SUS, especialmente no Controle Social em Saúde Indígena. Durante o processo, notou-se uma proximidade entre as noções de Atenção Diferenciada e Clínica Ampliada, que contribuíram para o desenvolvimento de práticas de saúde mais adequadas às populações indígenas. O estudo também destacou que a implementação dessas iniciativas depende das decisões éticas, políticas e estéticas das instituições, e, por isso, sua continuidade pode ser limitada. Além disso, o apoio institucional foi entendido como uma prática gerencial que problematiza os modelos tradicionais de coordenação, planejamento, supervisão e avaliação em saúde.

O estudo de Guizardi et al. (2019) destacou o uso de tecnologias como elemento-chave na função de AI para democratizar a gestão de políticas de saúde na PNAB entre 2011 e 2015. As tecnologias virtuais foram amplamente mobilizadas para facilitar a criação de redes sociotécnicas, promovendo cooperação e compartilhamento de decisões entre apoiadores e gestores locais. Essas redes foram essenciais para ampliar o acesso a recursos e para a implementação de programas estratégicos, como o e-SUS AB e o Telessaúde. O uso dessas tecnologias permitiu a comunicação e interação entre diferentes atores, mesmo à distância, viabilizando a implementação das agendas prioritárias da gestão federal, como o PMAQ-AB e a Requalificação de UBS. Contudo, embora o AI tenha potencializado o uso de ferramentas tecnológicas para a gestão, ele ainda foi considerado uma estratégia complementar, sem se consolidar como modelo de gestão autônomo.

Apesar da diversidade de nomenclaturas globais para telessaúde, ela é definida como um conjunto de serviços interativos à distância, oferecidos por meio de tecnologias digitais de informação e comunicação (TDIC), e integrados às linhas de cuidado em saúde. O programa inclui serviços de teleconsultoria, teleducação e telediagnóstico, e abrange a maior parte da atenção primária à saúde no Brasil, com núcleos vinculados a universidades federais. Embora existam evidências de que o telessaúde contribui para aumentar a resolubilidade da atenção, reduzindo encaminhamentos e custos, as avaliações de eficiência e efetividade do programa ainda são limitadas. A maior utilização do telessaúde ocorre nas regiões Sul e Sudeste e em municípios menores, evidenciando desigualdades regionais que necessitam de intervenção dos governos para melhorar a qualificação dos serviços e fortalecer as equipes de saúde (Sarti e Almeida, 2022).

Lima, Albuquerque e Wenceslau (2014) analisaram as percepções dos gestores de saúde em Recife sobre os processos de educação permanente em saúde, destacando a aplicação

dessa estratégia como ferramenta para transformar o trabalho na atenção primária. A pesquisa, baseada em entrevistas com sete gestores, revelou que alguns setores da Secretaria de Saúde adotaram adequadamente a educação permanente, enquanto outros a confundiam com educação continuada. As ações de educação permanente surgiram das necessidades percebidas no trabalho, com foco na qualificação dos profissionais, destacando dispositivos como apoio matricial, apoio institucional e o projeto terapêutico singular. No entanto, o estudo apontou desafios, como a fragmentação das ações e a falta de prioridade dada à educação permanente por parte de alguns gestores.

Pantoja et al. (2022) destacam o uso de tecnologias e metodologias ativas como ferramentas centrais no apoio institucional para a organização das Redes de Atenção à Saúde no Estado do Amapá. No apoio institucional, as tecnologias foram usadas para treinamentos realísticos em serviço, com o objetivo de otimizar a gestão clínica e o cuidado, além de melhorar os indicadores de saúde e fortalecer as redes assistenciais. Entre as metodologias ativas, foram empregados a gamificação (por meio da plataforma Kahoot®), árvores de problemas e mapas conceituais. Para apoiar as capacitações, foram utilizados equipamentos de áudio, vídeo e informática como ferramentas adicionais, além da entrega de materiais impressos e em formato digital aos profissionais de saúde. Essas iniciativas abrangeram profissionais multiprofissionais, incluindo médicos, enfermeiros, técnicos de enfermagem, agentes comunitários de saúde, fisioterapeutas, psicólogos, nutricionistas, dentistas, e gestores, com o intuito de promover uma maior integração e qualificação dos serviços de saúde nas diferentes regiões do estado.

Melo et al. (2016) investigaram os limites e as potencialidades das diretrizes gerais das gestões da Atenção Básica das capitais brasileiras em relação ao apoio institucional. No contexto do apoio institucional, os autores destacaram a importância de um ambiente organizacional democrático, onde a cogestão e o uso de tecnologias poderiam facilitar a negociação, mediação de conflitos e articulação de projetos. O uso dessas tecnologias no apoio institucional envolvia não apenas a organização do trabalho, mas também a promoção de uma formação ampliada e contínua para os profissionais, ajudando-os a lidar com as demandas cotidianas da Atenção Básica.

Mori e Oliveira (2014) discutem o uso de tecnologias e práticas de apoio institucional no contexto do Distrito Federal (DF), com foco no trabalho dos consultores da Política Nacional de Humanização (PNH). O apoio foi implementado entre 2008 e 2013, inicialmente no Hospital de Base (HBDF) e depois ampliado para a Secretaria de Atenção à Saúde (SAS), com o objetivo de promover mudanças nos modelos de atenção e gestão, fortalecendo a Rede SUS. Tecnologias

e dispositivos como a cogestão, acolhimento e ambiência foram implementados, além de ferramentas como visita aberta, direito ao acompanhante, conselhos gestores e colegiados.

Um destaque verificado por Mori e Oliveira (2014) foi a implementação da gestão compartilhada através de colegiados gestores, buscando incluir trabalhadores na gestão de seu trabalho, fortalecer a participação dos usuários, priorizar atendimentos com base em vulnerabilidade e risco, e fomentar a desospitalização. O apoio institucional também promoveu a análise dos processos de trabalho, incentivando a busca por soluções coletivas e superação de práticas desumanizantes.

Melo et al. (2017) realizaram uma pesquisa quantitativa descritiva para analisar o apoio institucional nas equipes que aderiram ao Programa de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica (PMAQ-AB). O apoiador institucional foi avaliado de forma positiva, mas constatou-se que ele está sobrecarregado, com muitas equipes sob sua responsabilidade, indicando a necessidade de redimensionar o papel do apoiador. Em relação ao uso de TICs, o estudo verificou que, apesar do contato presencial ser a forma predominante entre os apoiadores e as equipes, o contato via telefone ainda é muito frequente, e o contato pela internet é baixo. Isso foi apontado como um obstáculo para o apoio eficaz, uma vez que o uso de plataformas virtuais poderia facilitar a comunicação e o compartilhamento de saberes e práticas, além de proporcionar orientação em salas virtuais, melhorando a qualificação do cuidado e da gestão.

A falta de contato via internet foi associada à infraestrutura limitada das unidades de saúde em muitos municípios brasileiros. Os autores destacam que o investimento na infraestrutura das Unidades Básicas de Saúde (UBSs), considerando a ambiência preconizada pelo HumanizaSUS, seria essencial para promover uma atenção mais acolhedora e resolutiva. Além disso, a inclusão de TICs nas unidades está diretamente relacionada às condições de infraestrutura disponíveis, que muitas vezes são inadequadas e prejudicam o trabalho das equipes de saúde (Melo et al., 2017).

Pantoja et al. (2024) apresentam uma análise sobre os avanços e desafios da implementação de tecnologias digitais na Atenção Primária à Saúde (APS) no Estado do Amapá, com foco no apoio institucional da Secretaria de Estado da Saúde. O relato destaca a necessidade de expansão da infraestrutura digital, conectividade, sistemas de monitoramento, e qualificação de indicadores de saúde para captação de recursos. A assessoria técnica focou na instalação do prontuário eletrônico nas UBS e na capacitação dos profissionais no uso de tecnologias como o sistema e-SUS APS e aplicativos em dispositivos móveis. Os resultados apontaram impactos positivos, como a qualificação dos dados, suporte à gestão, melhoria dos

indicadores de saúde, e maior satisfação dos usuários. No entanto, ainda existem desafios relacionados às dificuldades geográficas, políticas e de conectividade, bem como à necessidade de mudanças nos processos de trabalho e ao desenvolvimento de competências tecnológicas dos profissionais de saúde. O trabalho destaca que, embora avanços significativos tenham sido alcançados, a informatização completa da APS no estado do Amapá ainda enfrenta obstáculos, especialmente em municípios com baixa infraestrutura digital.

O estudo de Prata, Araújo e Arce (2023) analisou o trabalho dos ApIs na gestão da Atenção Básica na Bahia, destacando o uso de "tecnologias relacionais". Essas tecnologias, centradas nas relações interpessoais, permitem aos ApIs promover orientação técnica, reflexão e corresponsabilização com os apoiados. Os autores destacaram o papel central das "tecnologias relacionais" nas atividades dos ApIs, sendo por meio das relações interpessoais que os apoiadores conseguem promover orientação técnica, problematizar realidades locais e estimular a participação ativa dos sujeitos e coletivos envolvidos. O estudo revelou que a estruturação do trabalho muitas vezes depende das características individuais dos ApIs, em vez de documentos de planejamento. As tecnologias relacionais são fundamentais para fortalecer a gestão e promover práticas colaborativas entre os níveis estadual e municipal.

Rocha e Silva (2021) discutem o papel do apoio institucional no fortalecimento do cuidado em saúde, especialmente por meio de visitas domiciliares, uma ferramenta vital para conectar as USF com o território. O apoio institucional qualifica e operacionaliza essas visitas, promovendo o cuidado centrado no usuário, facilitando a interação entre equipe e família, e fortalecendo a intersetorialidade entre saúde e desenvolvimento social. O estudo também aborda desafios, como a necessidade de reorganizar o processo de trabalho durante a pandemia, integrar mais pontos da Rede de Atenção à Saúde e promover a corresponsabilidade no cuidado. Embora o apoio institucional seja valioso, enfrenta dificuldades devido à sobrecarga dos apoiadores, que atendem várias equipes e equilibram demandas administrativas e tecnológicas. A pesquisa aponta que, muitas vezes, o foco recai em tecnologias duras, afastando-se do uso de tecnologias leves, fundamentais para uma atuação colaborativa e participativa no dia a dia das USFs.

O estudo de Sarti e Almeida (2022) analisa a utilização do Programa Nacional Telessaúde Brasil Redes na atenção primária à saúde, focando em fatores que influenciam sua implementação e uso. Os pesquisadores utilizaram dados do segundo ciclo do Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica (PMAQ-AB), envolvendo uma amostra de 29.756 equipes de saúde que aderiram voluntariamente ao programa. A análise revela que a prevalência de uso do telessaúde foi de 32,7% na amostra geral, e de 73,3% entre

as equipes com o programa implantado, sendo a teleducação a modalidade mais frequente. Os resultados indicam que o apoio institucional teve um impacto positivo de 40% na prevalência de uso do telessaúde. Fatores estruturais, como acesso à internet e salas de diferentes finalidades, mostraram-se menos significativos em comparação ao apoio institucional e à implantação do telessaúde na unidade, que foram mais determinantes para a adesão ao programa.

A partir disso, é possível dizer que as tecnologias empregadas pelos apoiadores institucionais no âmbito da APS incluem ferramentas de comunicação e informação, como plataformas digitais, aplicativos, telessaúde e sistemas de prontuário eletrônico. Esses dispositivos não apenas facilitam a gestão dos serviços, mas também promovem a colaboração entre os profissionais de saúde, gestores e usuários. Por exemplo, a utilização de plataformas digitais para supervisão e monitoramento, conforme indicado pelos estudos analisados, contribui para a organização e troca de informações, resultando em uma supervisão mais eficiente das ações em saúde. A telessaúde, por sua vez, emerge como uma solução que amplia o acesso aos serviços, especialmente em regiões remotas, ao oferecer teleconsultorias e telediagnósticos que minimizam a necessidade de deslocamento dos usuários.

A finalidade do uso dessas tecnologias vai além da mera eficiência operacional; trata-se também de um esforço para democratizar o acesso à saúde, promover a educação permanente dos profissionais e fomentar um ambiente de trabalho mais colaborativo. A experiência da Bahia durante a pandemia, por exemplo, demonstrou como o apoio institucional e a capacitação das equipes por meio de TICs podem gerar respostas mais rápidas e coordenadas em momentos de crise.

As implicações do uso de tecnologias no apoio institucional são vastas. Primeiramente, a adoção de soluções tecnológicas representa uma mudança paradigmática na forma como a saúde é gerida, com ênfase em práticas colaborativas que integram diferentes atores do sistema de saúde. Essa abordagem favorece uma gestão mais horizontalizada, na qual a cogestão e a autonomia dos trabalhadores de saúde são promovidas, conforme ressaltado por Brito et al. (2021). A implementação de metodologias como a Paidéia, que busca incentivar a cogestão através do uso de tecnologias, reflete uma tentativa de redefinir as relações de poder e promover uma gestão mais inclusiva e adaptada às realidades locais (Brito et al., 2021; Brito et al., 2022).

Entretanto, essa transição para um modelo mais tecnológico e colaborativo também traz desafios. A desarmonia entre protocolos rígidos e a necessidade de flexibilidade no dia a dia das práticas de saúde é um exemplo claro de como as relações humanas e a dinâmica do trabalho exigem adaptações constantes. O estudo de Cassella e Machado (2018) ilustra essa

tensão, onde, apesar das tentativas de padronização, a essência das práticas de saúde requer uma abordagem que valorize a singularidade das experiências dos trabalhadores.

Além disso, a diversidade no uso de tecnologias — tanto leves quanto duras — sugere que os apoiadores institucionais precisam ser flexíveis e inovadores em suas práticas, adaptando-se continuamente às necessidades locais e aos desafios emergentes. Isso implica não apenas na capacitação dos profissionais para o uso dessas tecnologias, mas também em uma reflexão crítica sobre a eficácia e a efetividade dessas ferramentas em promover mudanças significativas na saúde da população.

A comunicação entre equipes de saúde e apoiadores institucionais é um fator crucial para o sucesso das intervenções em APS. O mapeamento realizado destaca que ações colaborativas e integradas são fundamentais para a construção de um ambiente de trabalho favorável à troca de informações e ao aprendizado mútuo. A presença de uma comunicação eficiente não apenas potencializa a qualidade das intervenções, mas também fortalece a capacidade de resposta dos serviços de saúde às demandas da população.

Portanto, a integração de tecnologias nos processos de gestão em saúde não deve ser vista apenas como uma ferramenta para melhorar a eficiência, mas como um meio de transformar as relações entre os diferentes atores envolvidos na APS. A promoção de práticas colaborativas, sustentadas por tecnologias que facilitem a comunicação e a troca de saberes, é essencial para enfrentar os desafios complexos que permeiam a saúde pública no Brasil.

Conclusão

Ao final deste estudo foi possível verificar um cenário dinâmico e multifacetado em torno do uso de tecnologias no apoio institucional na APS, que demanda atenção às especificidades locais e à inclusão dos profissionais de saúde nas decisões e práticas. A capacidade de adaptação e inovação, aliadas à promoção de uma gestão mais colaborativa e horizontalizada, pode resultar em avanços significativos na qualidade da atenção à saúde e na promoção de políticas públicas mais eficazes e sensíveis às necessidades da população. Portanto, é crucial que os gestores e formuladores de políticas reconheçam e valorizem o potencial transformador das tecnologias, garantindo que sua implementação seja feita de forma a atender de maneira efetiva às demandas locais e às realidades dos profissionais que atuam na linha de frente da saúde.

As limitações da presente pesquisa incluem a predominância de estudos qualitativos, que, embora ofereçam uma compreensão das experiências dos profissionais de saúde, podem

não capturar a amplitude e a generalizabilidade dos achados em contextos mais amplos. Além disso, a concentração de pesquisas em regiões específicas, como a Bahia e o Amapá, pode limitar a representatividade dos dados e das práticas em outras partes do Brasil. Para futuras pesquisas, recomenda-se a condução de estudos longitudinais que investiguem o efeito das tecnologias na eficácia e eficiência dos serviços de saúde ao longo do tempo, bem como a realização de comparações entre diferentes regiões do Brasil para identificar práticas exitosas que possam ser replicadas em outros contextos.

Referências

AHIMA, American Health Information Management Association. **Health Information 101: what is health information? Why choose health info? Real him stories.** 2018. Disponível em: <https://www.ahima.org/certification-careers/certifications-overview/career-tools/career-pages/health-information-101/> Acesso em: set. 2024.

ALBUQUERQUE, Ceres; MARTINS, Mônica. Performance indicators in the Unified Health System: an assessment of advances and gaps. **Saúde em Debate**, v. 41, n. SPE, p. 118-137, 2017.

ALELUIA, Ítalo Ricardo Santos et al. Gestão estadual da atenção primária à saúde em resposta à COVID-19 na Bahia, Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 28, p. 1341-1353, 2023.

ALMEIDA, Erika Rodrigues et al. Projeto Mais Médicos para o Brasil: a experiência pioneira do apoio institucional no Ministério da Educação. **Tempus–Actas de Saúde Coletiva**, v. 9, n. 4, p. ág. 49-66, 2015.

BARROS, Maria Elizabeth Barros de et al. O apoio institucional como dispositivo para a implantação do acolhimento nos serviços de saúde. **Interface-Comunicação, Saúde, Educação**, v. 18, p. 1107-1117, 2014.

BRITO, Christiane da Silva et al. Apoio institucional na Atenção Primária em Saúde no Brasil: uma revisão integrativa. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 27, n. 04, p. 1377-1388, 2022.

CARMO, Wesley Lieverson Nogueira et al. Projeto “APS Forte” e os reflexos nos indicadores do previne Brasil e no processo de trabalho das equipes de atenção primária dos municípios do Estado do Amapá. **Brazilian Journal of Development**, v. 8, n. 5, p. 40043-40063, 2022.

CASSELLA, Nélide Aleixo; MACHADO, Felipe Rangel de Souza. Apoio Institucional: a percepção dos apoiadores em uma maternidade pública de Alagoas. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 16, n. 2, p. 799-820, 2018.

FERREIRA, Peter Wallace; CASTRO, Rodolfo de Almeida Lima; SANTOS, Paulo Roberto Nascimento. Proposta de intervenção para qualificação do registro das informações na Atenção Primária em Saúde de pessoas vivendo com HIV no município do Rio de Janeiro. **Research, Society and Development**, v. 12, n. 5, p. e25912541734-e25912541734, 2023.

GARCIA JÚNIOR, Carlos Alberto Severo; RIVORÊDO, Carlos Roberto Soares Freire; FLUMIAN, Raqueli Braga. Tecnologias e dispositivos do apoio institucional em saúde indígena no Distrito Sanitário Especial Indígena Interior Sul, Estado de Santa Catarina. **Revista de Psicologia da UNESP**, v. 15, n. 2, p. 1-15, 2016.

GUIZARDI, Francini Lube et al. Estudo de caso sobre o apoio institucional na gestão federal da Atenção Básica no Brasil. **Saúde em Debate**, v. 43, p. 685-699, 2019.

LIMA, Sayonara Arruda Vieira; ALBUQUERQUE, Paulette Cavalcanti; WENCESLAU, Leandro David. Educação permanente em saúde segundo os profissionais da gestão de Recife, Pernambuco. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 12, p. 425-441, 2014.

LIMA, Keler Wertz Schender de; ANTUNES, José Leopoldo Ferreira; SILVA, Zilda Pereira da. Perception of managers on the use of indicators in health services. **Saúde e Sociedade**, v. 24, p. 61-71, 2015.

MARIN, H.F. Sistemas de informação em saúde: considerações gerais. **JHI: Journal of Health Informatics**, v. 2, n. 1, 2010.

MELO, Lygia Maria de Figueiredo et al. Análises das diretrizes para o apoio institucional das gestões da Atenção Básica das capitais brasileiras. **Saúde em Debate**, v. 40, p. 8-22, 2016.

MELO, Lygia Maria de Figueiredo et al. Características do apoio institucional ofertado às equipes de Atenção Básica no Brasil. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 15, n. 3, p. 685-708, 2017.

MORI, Maria Elizabeth; DE OLIVEIRA, Olga Vania Matoso. Apoio institucional e cogestão: a experiência da Política Nacional de Humanização no Sistema Único de Saúde (SUS) no Distrito Federal (DF), Brasil. **Interface-Comunicação, Saúde, Educação**, v. 18, n. suppl 1, p. 1063-1075, 2014.

PANTOJA, Cintia do Socorro Matos et al. A importância do apoio institucional na implementação de protocolos e fluxos assistenciais na atenção primária em saúde de municípios do estado do amapá: relato de experiência The importance of institutional support in the implementation of protocols and care flows in primary health care in municipalities in the. **Brazilian Journal of Development**, v. 8, n. 5, p. 39387-39405, 2022.

PANTOJA, Cintia do Socorro Matos et al. Transformação da saúde digital na atenção primária à saúde do estado do Amapá. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, v. 24, n. 3, p. e15831-e15831, 2024.

PRATA, Diego Rangel dos Anjos; ARAÚJO, Marcos Vinícius Ribeiro de; ARCE, Vladimir Andrei Rodrigues. O apoio institucional na gestão da Atenção Básica do estado da Bahia: uma análise do processo de trabalho. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 21, p. e02000228, 2023.

RAVIOLI, Antonio Franco; SOÁREZ, Patrícia Coelho De; SCHEFFER, Mário César. Modalidades de gestão de serviços no Sistema Único de Saúde: revisão narrativa da produção científica da Saúde Coletiva no Brasil (2005-2016). **Cadernos de Saúde Pública**, v. 34, p. e00114217, 2018.

ROCHA, Daniele Machado Pereira; SILVA, Marcos Vinicius. Apoio institucional na visita domiciliar da estratégia de saúde da família no município de Camaçari (BA). **Revista Baiana de Saúde Pública**, v. 45, n. 2, p. 231-242, 2021.

SANTOS FILHO, Serafim Barbosa. Apoio institucional e análise do trabalho em saúde: dimensões avaliativas e experiências no Sistema Único de Saúde (SUS). **Interface-Comunicação, Saúde, Educação**, v. 18, n. suppl 1, p. 1013-1025, 2014.

SARTI, Thiago Dias; ALMEIDA, Ana Paula Santana Coelho. Incorporação de telessaúde na atenção primária à saúde no Brasil e fatores associados. **Cadernos de saude publica**, v. 38, p. PT252221, 2022.

WILCHES FLÓREZ, I.C.; WILCHES FLÓREZ, A.M. Posibilidades y limitaciones en el desarrollo humano desde la influencia de las TIC em la Salud: el caso Latinoamericano. **Persona y Bioética**, Bogotá, v.21, n.1, p.114-133, 2017.